



Termo de Adesão

1. Informações da IES

Nome: FACULDADE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETERJ

Sigla: FAETERJ R DE JANEIRO

Código: 5016

CNPJ: 31.608.763/0001-43

Unidade Administrativa: Pública Estadual

Categoria Administrativa: Fundação Estadual ou do
Distrito Federal

Organização Acadêmica: Faculdade

Endereço do site da IES:

<http://www.faeterj-rio.edu.br/>

**Endereço do site com informações para os
candidatos:**

www.faeterj.rj.gov.br

Dados do Representante Legal da IES

Nome: ROMULO MELLO MASSACESI

Dados do Responsável Institucional do Sisu

Nome: HORACIO DA CUNHA E SOUSA RIBEIRO

2. Cursos e vagas

Resumo Geral

2 cursos da IES

2 cursos participantes do Sisu

0 cursos não participantes

184 vagas autorizadas no e-MEC

46 vagas ofertadas no Sisu

26 vagas ofertadas no Sisu - ampla concorrência

20 vagas ofertadas no Sisu - ações afirmativas

0 vagas ofertadas no Sisu - Lei nº 12.711/2012





Participação dos cursos no Sisu

Local de Oferta: 659988 - Unidade SEDE (Rio de Janeiro, RJ)

Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino Bocaiuva - Rio de Janeiro -RJ 21311-280 - 21 2332-4048

96819 - ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Código: 96819 Grau: Tecnológico Turno: Noturno Periodicidade: Semestral Integralização: 5 Vagas autorizadas: 92 Vagas ofertadas no Sisu: 23 vagas, sendo 23 vagas no 1º semestre e 0 vagas no 2º semestre. Percentual de vagas reservadas da Lei nº 12.711/2012: 0%	Prova do Enem	Peso	Nota mínima
	Redação	1,00	0,01
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Matemática e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Média mínima no Enem	-	0,01
PERCENTUAIS	IBGE	Utilizado	
Pretos, pardos e indígenas:	51,80%	51,80%	
Pessoas com deficiência:	8,10%	8,10%	
Quadro de vagas ofertadas no curso			
A0	V2690	V2691	V2692
13	5	4	1
Informações adicionais:			
Não informado.			





Local de Oferta: 659988 - Unidade SEDE (Rio de Janeiro, RJ)

Rua Clarimundo de Melo, 847 - Quintino Bocaiuva - Rio de Janeiro -RJ 21311-280 - 21 2332-4048

96819 - ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Código: 96819 Grau: Tecnológico Turno: Matutino Periodicidade: Semestral Integralização: 5 Vagas autorizadas: 92 Vagas ofertadas no Sisu: 23 vagas, sendo 23 vagas no 1º semestre e 0 vagas no 2º semestre. Percentual de vagas reservadas da Lei nº 12.711/2012: 0%	Prova do Enem	Peso	Nota mínima
	Redação	1,00	0,01
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Matemática e suas Tecnologias	1,00	0,00
	Média mínima no Enem	-	0,01
	PERCENTUAIS	IBGE	Utilizado
Pretos, pardos e indígenas:	51,80%	51,80%	
Pessoas com deficiência:	8,10%	8,10%	
Quadro de vagas ofertadas no curso			
A0	V2690	V2691	V2692
13	4	5	1
Informações adicionais:			
Não informado.			





Quadro geral de oferta de vagas

Local de Oferta: 659988 - Unidade SEDE(Rio de Janeiro, RJ)				
96819 - ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				
A0	V2690	V2691	V2692	Total
13	5	4	1	23
96819 - ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				
A0	V2690	V2691	V2692	Total
13	4	5	1	23
Total do Local de Oferta: Unidade SEDE(Rio de Janeiro, RJ)				
A0	V2690	V2691	V2692	Total
26	9	9	2	46
Total da IES (FAETERJ R DE JANEIRO) - FACULDADE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETERJ				
A0	V2690	V2691	V2692	Total
26	9	9	2	46

Legenda de leis e ações afirmativas

A0: Ampla concorrência

V2690: Candidatos Candidatos Negros ou Indígenas ou Quilombolas com comprovação de carência socioeconômica

V2691: Candidatos Candidatos que tenham cursado na rede pública os últimos quatro anos do ensino fundamental e todo o ensino médio e com comprovação de carência socioeconômica

V2692: Candidatos Candidatos com deficiência ou filhos de policiais militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, com comprovação de carência socioeconômica

3. Cursos não participantes no Sisu

Não existem cursos nesta situação.

4. Documentos para matrícula e para comprovação das políticas de ações afirmativas

*A instituição optou por manter as ações afirmativas próprias na lista de espera.

Documentação Básica

Documentos para matrícula



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sisugestao.mec.gov.br/visualizar-termo>, informando os 7 (setes) primeiros dígitos da autenticidade e o número de protocolo.
Autenticidade: 3BD1BCFD5E1EE19090F62D430647E588C857DE35
Nº do protocolo: M3MSVCI



1. No ato da matrícula, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos: a) Certidão de nascimento ou de casamento (original e cópia); b) Documento de identidade (original e cópia); c) CPF, para os candidatos maiores de 18 (dezoito) anos (original e cópia); d) Três fotos 3 x 4 iguais e recentes; e) Título de eleitor, para os candidatos maiores de 18 (dezoito) anos com comprovante de quitação eleitoral (original e cópia); f) Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino maiores de 18 anos (original e fotocópia); g) Comprovante de residência; h) Diploma ou certificado de conclusão do Ensino Médio (original e cópia) e publicação no Diário Oficial, se for o caso; i) Histórico escolar do Ensino Médio (original e cópia); j) Declaração de conclusão do ensino médio, para candidatos cujo diploma ou certificado do ensino médio ainda não tenha sido expedido pela instituição de ensino; neste caso, o candidato deverá apresentar o protocolo de solicitação do histórico escolar do ensino médio e apresentar o original deste documento no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da data da matrícula; 2. O candidato impedido de comparecer para realizar a matrícula poderá constituir um representante por meio de procuração específica, por instrumento público ou particular, neste último caso com firma reconhecida; sendo menor poderá ser representado por seu responsável, mediante documento que comprove paternidade, maternidade, guarda ou tutela do candidato; 3. O candidato que não apresentar todos os documentos solicitados no item 1 terá a sua matrícula invalidada.

Vagas reservadas - Ações afirmativas da IES

V2690 - Candidatos Candidatos Negros ou Indígenas ou Quilombolas com comprovação de carência socioeconômica

COMPROVAÇÃO DA COTA: Em cumprimento a Lei Estadual Nº 8121/2018, o candidato comprovará ser cotista e possuir carência socioeconômica mediante a apresentação da seguinte documentação: 1. Para negros e indígenas faz-se necessário a apresentação da auto declaração específica, conforme modelo abaixo: a) Para candidato negro: **DECLARAÇÃO** De acordo com a Lei Estadual Nº 8121/2018, eu (nome completo), declaro, sob as penas da lei, identificar-me como negro. (data e assinatura do candidato) b) Para candidato indígena: **DECLARAÇÃO** De acordo com a Lei Estadual Nº 8121/2018, eu (nome completo), declaro, sob as penas da lei, identificar-me como indígena. (data e assinatura do candidato) c) Para candidato quilombola **DECLARAÇÃO** De acordo com a Lei Estadual Nº8121/2018, o candidato deverá apresentar cópia da declaração da Fundação Cultural Palmares e comprovar endereço com documento fornecido pela Associação dos Quilombolas Remanescentes. **COMPROVAÇÃO DA CARÊNCIA SOCIOECONÔMICA:** Para comprovar condição de carência socioeconômica, como renda per capita mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, vigente, das pessoas da sua família, o candidato deve apresentar: 1. A relação das pessoas que residam em seu domicílio, inclusive crianças. 2. Os comprovantes de identificação de todas as pessoas que integram o seu grupo familiar (cópia do documento de identificação oficial e do CPF para maiores de 18 anos; cópia da certidão de nascimento para menores). Para os casos de falecimento de um dos pais, de ambos ou do cônjuge, o candidato deverá apresentar cópia da certidão de óbito. 3. Os comprovantes de renda de TODAS as pessoas que integram a família. 3.1. Para trabalhadores do mercado formal: original e cópia da Carteira de Trabalho atualizada ou cópia de contracheques de 12/2019; 3.2. Aposentados, pensionistas e beneficiários, de auxílio-doença e outros benefícios: cópia do extrato de rendimentos atualizado do INSS e cópia do cartão do benefício ou extrato do banco com valor do benefício, de 12/2019; 3.3. Aposentados, pensionistas da administração pública: cópia de contracheque de 12/2019; 3.4. Para casos de recebimento de pensão alimentícia: cópia de contracheque de 12/2019 ou declaração de próprio punho com o valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia RGI e CPF das 2 testemunhas; 3.5. Para os trabalhadores do mercado informal, autônomos e





profissionais liberais: declaração de próprio punho informando a atividade desempenhada e valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia da RGI e CPF das 2 testemunhas e a cópia de todas as páginas da Declaração do IRPF, de 2018, e do recibo de entrega. 4. A documentação comprobatória da situação de moradia: cópia da escritura do imóvel próprio, ou cópia do comprovante do financiamento atualizado para imóvel próprio em financiamento, ou cópia do recibo do aluguel atualizado para imóvel alugado, ou declaração para outra situação de moradia. A declaração deve ser de próprio punho justificando a situação de moradia, datada e assinada pelo candidato e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia de RGI e CPF das 2 testemunhas. 5. Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone) de 12/2019. É responsabilidade do candidato, para caracterização da condição de carência, apresentar documento com valor bruto mensal atualizado que gere o cálculo da renda per capita pela Comissão de Análise da Documentação do Cotista. O candidato que, no ato da matrícula, não apresentar todos os documentos solicitados, inclusive para comprovação da cota e da condição de carência socioeconômica, perderá o direito à matrícula na FAETEC.

V2691 - Candidatos Candidatos que tenham cursado na rede pública os últimos quatro anos do ensino fundamental e todo o ensino médio e com comprovação de carência socioeconômica

COMPROVAÇÃO DA COTA: Para comprovar condição de carência socioeconômica, como renda per capita mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, vigente, das pessoas da sua família, o candidato deve apresentar: 1. Históricos escolares (original e cópia) que comprovem que o candidato tenha cursado integralmente todas as séries do 2º ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano, e todas as séries, do Ensino Médio em escolas públicas de todo o território nacional. Os históricos escolares deverão indicar a Unidade Federativa na qual se localiza a instituição de ensino cursada, bem como caracterizar claramente e por extenso, no nome da instituição, o fato de esta ser pública municipal, estadual ou federal; 2. Comprovantes oficiais que indiquem que a instituição é pública municipal, estadual ou federal. 3. Diploma ou certificado de conclusão do ensino médio (original e cópia) ou, na impossibilidade de apresentação desses documentos, certidão ou declaração equivalente (original). A declaração de conclusão deverá constar a data em que o aluno colou grau, se for o caso. **COMPROVAÇÃO DA CARÊNCIA SOCIOECONÔMICA:** 1. A relação das pessoas que residam em seu domicílio, inclusive crianças. 2. Os comprovantes de identificação de todas as pessoas que integram o seu grupo familiar (cópia do documento de identificação oficial e do CPF para maiores de 18 anos; cópia da certidão de nascimento para menores). Para os casos de falecimento de um dos pais, de ambos ou do cônjuge, o candidato deverá apresentar cópia da certidão de óbito. 3. Os comprovantes de renda de TODAS as pessoas que integram a família. 3.1. Para trabalhadores do mercado formal: original e cópia da Carteira de Trabalho atualizada ou cópia de contracheques de 12/2019; 3.2. Aposentados, pensionistas e beneficiários, de auxílio-doença e outros benefícios: cópia do extrato de rendimentos atualizado do INSS e cópia do cartão do benefício ou extrato do banco com valor do benefício, de 12/2019; 3.3. Aposentados, pensionistas da administração pública: cópia de contracheque de 12/2019; 3.4. Para casos de recebimento de pensão alimentícia: cópia de contracheque de 12/2019 ou declaração de próprio punho com o valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia RGI e CPF das 2 testemunhas; 3.5. Para os trabalhadores do mercado informal, autônomos e profissionais liberais: declaração de próprio punho informando a atividade desempenhada e valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia da RGI e CPF das 2 testemunhas e a cópia de todas as páginas da Declaração do IRPF, de 2018, e do recibo de entrega. 4. A documentação comprobatória da situação de moradia: cópia da escritura do imóvel próprio, ou cópia do comprovante do financiamento atualizado para imóvel próprio em financiamento, ou





cópia do recibo do aluguel atualizado para imóvel alugado, ou declaração para outra situação de moradia. A declaração deve ser de próprio punho justificando a situação de moradia, datada e assinada pelo candidato e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia de RGI e CPF das 2 testemunhas. 5. Comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone) de 12/2019. É responsabilidade do candidato, para caracterização da condição de carência, apresentar documento com valor bruto mensal atualizado que gere o cálculo da renda per capita pela Comissão de Análise da Documentação do Cotista. O candidato que, no ato da matrícula, não apresentar todos os documentos solicitados, inclusive para comprovação da cota e da condição de carência socioeconômica, perderá o direito à matrícula na FAETEC.

V2692 - Candidatos com deficiência ou filhos de policiais militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, com comprovação de carência socioeconômica

COMPROVAÇÃO DA COTA: 1.1 Para pessoas com deficiência; filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço (cópia autenticada ou original e cópia): Certidão de óbito; b) Documento com a decisão administrativa que reconheceu a morte ou incapacidade em razão do serviço; c) Documento de reforma ou aposentadoria por invalidez, contracheque da pensão por morte, quando for beneficiário dela, ou dos proventos da aposentadoria pagas pelo IPERJ, RIOPREVIDÊNCIA ou outra entidade afim. 1.2 Para pessoas com deficiência: laudo médico atualizado (com validade de no máximo 6 meses) fornecido por instituição pública de saúde, com parecer descritivo da deficiência, nos termos do Código Internacional de Doenças - CID e de acordo com as determinações estabelecidas pela Lei Federal nº.7.853/1989 e pelos Decretos nos 3.298/1999 e 5.296/2004. **COMPROVAÇÃO DA CARÊNCIA SOCIOECONÔMICA:** Para comprovar condição de carência socioeconômica, como renda per capita mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio, vigente, das pessoas da sua família, o candidato deve apresentar: 1. A relação das pessoas que residam em seu domicílio, inclusive crianças. 2. Os comprovantes de identificação de todas as pessoas que integram o seu grupo familiar (cópia do documento de identificação oficial e do CPF para maiores de 18 anos; cópia da certidão de nascimento para menores). Para os casos de falecimento de um dos pais, de ambos ou do cônjuge, o candidato deverá apresentar cópia da certidão de óbito. 3. Os comprovantes de renda de TODAS as pessoas que integram a família. 3.1. Para trabalhadores do mercado formal: original e cópia da Carteira de Trabalho atualizada ou cópia de contracheques de 12/2019; 3.2. Aposentados, pensionistas e beneficiários, de auxílio-doença e outros benefícios: cópia do extrato de rendimentos atualizado do INSS e cópia do cartão do benefício ou extrato do banco com valor do benefício, de 12/2019; 3.3. Aposentados, pensionistas da administração pública: cópia de contracheque de 12/2019; 3.4. Para casos de recebimento de pensão alimentícia: cópia de contracheque de 12/2019 ou declaração de próprio punho com o valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia RGI e CPF das 2 testemunhas; 3.5. Para os trabalhadores do mercado informal, autônomos e profissionais liberais: declaração de próprio punho informando a atividade desempenhada e valor bruto mensal auferido, datada e assinada pelo trabalhador e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia da RGI e CPF das 2 testemunhas e a cópia de todas as páginas da Declaração do IRPF, de 2018, e do recibo de entrega. 4. A documentação comprobatória da situação de moradia: cópia da escritura do imóvel próprio, ou cópia do comprovante do financiamento atualizado para imóvel próprio em financiamento, ou cópia do recibo do aluguel atualizado para imóvel alugado, ou declaração para outra situação de moradia. A declaração deve ser de próprio punho justificando a situação de moradia, datada e assinada pelo candidato e por 2 testemunhas maiores de 18 anos não pertencentes à família, com cópia de RGI e CPF das 2 testemunhas. 5. Comprovante de residência (conta





de água, luz ou telefone) de 12/2019. É responsabilidade do candidato, para caracterização da condição de carência, apresentar documento com valor bruto mensal atualizado que gere o cálculo da renda per capita pela Comissão de Análise da Documentação do Cotista. O candidato que, no ato da matrícula, não apresentar todos os documentos solicitados, inclusive para comprovação da cota e da condição de carência socioeconômica, perderá o direito à matrícula na FAETEC.

5. Condições Essenciais

5.1. A instituição de ensino superior assina o presente Termo de Adesão referente à 1ª Edição de 2020 do processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), assumindo as obrigações nele previstas e comprometendo-se, na pessoa do representante legal ou, no que couber, nas pessoas do responsável institucional ou dos colaboradores institucionais, a:

I - cumprir as orientações e normas editadas pelo Ministério da Educação acerca dos procedimentos relativos ao Sisu;

II - fornecer todas as informações requeridas pelo Sisu, especialmente:

a) os cursos e turnos participantes do Sisu, com os respectivos semestres de ingresso e número de vagas;

b) o número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, observada a regulamentação em vigor, quando se tratar de instituições federais de ensino vinculadas ao MEC, destacando, quando for o caso, o número de vagas reservadas exclusivamente para os indígenas;

c) o número de vagas e as eventuais bonificações à nota do estudante no Enem decorrentes de políticas específicas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição;

d) os pesos e as notas mínimas eventualmente estabelecidos pela instituição de ensino para cada uma das provas do Enem, em cada curso e turno;

e) os documentos necessários para a realização da matrícula dos estudantes selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos:

e.1. pela Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, no caso das instituições federais de ensino vinculadas ao MEC;

e.2. pelos atos internos da instituição de ensino que disponham sobre as políticas de ações afirmativas suplementares ou de outra natureza, eventualmente adotadas.

III - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas relativas aos processos seletivos realizados no âmbito do Sisu;

IV - disponibilizar acesso gratuito à internet para a inscrição de estudantes ao processo seletivo do Sisu;





V - manter os responsáveis pelo Sisu na instituição permanentemente disponíveis e aptos a efetuar todos os procedimentos relativos ao processo seletivo, observado o cronograma divulgado em edital da SESu;

VI - divulgar, em seu sítio eletrônico na internet e mediante afixação em local de grande circulação de estudantes, este Termo de Adesão, os editais divulgados pela SESu, os editais próprios e o inteiro teor da Portaria Normativa nº 21/2012;

VII - efetuar a análise dos documentos exigidos para a matrícula e/ou o registro acadêmico, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos estabelecidos:

a) pela Portaria Normativa MEC nº 18, de 2012, para as instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação;

b) pelos atos internos da instituição de ensino que disponham sobre as políticas de ações afirmativas suplementares ou de outra natureza, eventualmente adotadas pela IES;

VIII - efetuar as matrículas e/ou o registro acadêmico dos estudantes selecionados por meio do Sisu, lançando a informação de ocupação da vaga no sistema em período definido em edital divulgado pela SESu;

IX - manter o MEC e a SESu informados sobre quaisquer situações que dificultem ou interrompam o curso regular da execução dos compromissos assumidos neste Termo de Adesão;

X - utilizar prioritariamente a lista de espera do Sisu para preenchimento das vagas eventualmente não ocupadas nas chamadas regulares;

XI - divulgar em edital próprio os prazos e procedimentos de convocação da lista de espera do Sisu;

5.2. As informações publicadas em editais das instituições participantes e em suas páginas eletrônicas na internet deverão estar em estrita conformidade com o disposto na Portaria Normativa nº 21/2012, nos editais da SESu e no presente Termo de Adesão.

5.3. É vedada a realocação pelas instituições, nas chamadas regulares do Sisu, das vagas destinadas às ações afirmativas para ampla concorrência.

5.4. A instituição declara estar ciente que a execução de todos os procedimentos referentes ao Sisu tem validade para todos os fins de direito e ensaja a responsabilidade pessoal dos agentes executores, nas esferas administrativa, civil e penal.

5.5. A instituição manifesta sua expressa concordância com as regras e procedimentos previstos na Portaria Normativa nº 21/2012 e nos editais da Secretaria de Educação Superior relativos ao Sisu.

5.6. A instituição emite e assina eletronicamente o presente Termo de Adesão atestando a veracidade das informações prestadas e submetendo-se às condições nele dispostas.

5. Assinatura



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sisugestao.mec.gov.br/visualizar-termo>, informando os 7 (setes) primeiros dígitos da autenticidade e o número de protocolo.
Autenticidade: 3BD1BCFD5E1EE19090F62D430647E588C857DE35
Nº do protocolo: M3MSVCI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
Secretaria de Educação Superior - SESu
Sisu - Sistema de Seleção Unificada
Termo de Adesão 1ª edição de 2020

Documento assinado eletronicamente por **HORACIO DA CUNHA E SOUSA RIBEIRO**, CPF nº. **371.*****-72**.

O termo de adesão da sua instituição foi assinado em 05/11/2019, às 18h54.

Caso seja necessário realizar alguma alteração, o termo deverá ser desbloqueado pelo Representante Legal (RL) ou Responsável Institucional (RI).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sisugestao.mec.gov.br/visualizar-termo>, informando os 7 (setes) primeiros dígitos da autenticidade e o número de protocolo.
Autenticidade: 3BD1BCFD5E1EE19090F62D430647E588C857DE35
Nº do protocolo: M3MSVCI